

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

14 Páginas

VERSÃO 2

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As citações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PRODUÇÃO ARTÍSTICA E RENOVAÇÃO RELIGIOSA NA EUROPA DO SÉCULO XVI

Interrogatório da Inquisição de Veneza a Paolo Veronese, acerca da pintura *Ceia em Casa de Levi* (1573)

Tendo-lhe sido perguntado qual a sua profissão:

Resposta. *Eu pinto e desenho figuras.* [...]

P – Que pintura é essa que haveis referido?

R – *É uma pintura da última ceia de Jesus Cristo com os seus apóstolos, na casa de Simão.*

5 P – Está pintada a fresco, em madeira ou em tela?

R – *Em tela.* [...]

P – Nesta ceia que pintou [...], o que significa a figura daquele cujo nariz está a sangrar?

R – *É suposto ser um servo que, devido a algum acidente, deita sangue do nariz.*

P – O que significam aqueles soldados vestidos como alemães, com alabardas* nas mãos? [...]

10 R – *Nós, os pintores, usamos da mesma liberdade dos poetas e dos loucos, e eu representei aqueles dois alabardeiros, um a beber e o outro a comer, [...] porque me pareceu adequado que o senhor da casa, que era ilustre e rico [...], tivesse tais servidores.* [...]

P – Parece-lhe adequado, na última ceia de Nosso Senhor, pintar bufões**, alemães bêbados [...] e outras indecências?

15 R – *Senhor, não.* [...]

P – Não sabeis vós que, na Alemanha e noutros lugares infestados por heresia, é habitual, através de imagens cheias de obscenidades e outras invenções, escarnecer, difamar e ridicularizar as coisas da Santa Igreja Católica, a fim de ensinar doutrina falsa a pessoas simples e ignorantes?

20 R – *Senhor, sei que é errado, mas [...] tenho a obrigação de seguir aquilo que fizeram os meus mestres.*

P – O que fizeram os seus mestres? Coisas desse tipo, talvez?

R – *Em Roma, dentro da capela do papa, Miguel Ângelo pintou Nosso Senhor Jesus Cristo, Sua Mãe, S. João, S. Pedro e a corte celestial, todos eles representados nus [...] e em várias atitudes pouco respeitadas.* [...]

25

Tendo sido ditas estas coisas, os juízes sentenciaram que o supradito Paolo deve ser obrigado a corrigir e emendar a sua pintura [...] e que [...] todas as correções devem ser feitas a expensas suas, e que, caso as não faça, incorrerá nas penas impostas pelo Santo Tribunal.

Maria Elena Massimi, *La Cena in Casa di Levi di Paolo Veronese: il processo riaperto*, Veneza, Marsilio Editori, 2011, pp. 179-181. (Texto traduzido e adaptado)

* armas de cabo comprido.

** bobos.

1. O quadro de Paolo Veronese que deu origem a este processo inquisitorial incorpora, de acordo com o documento, características inovadoras da pintura renascentista, entre as quais
 - (A) a conceção bidimensional do espaço pictórico.
 - (B) o recurso a técnicas como a pintura a fresco.
 - (C) a preferência exclusiva por temática religiosa.
 - (D) o naturalismo na representação da figura humana.

2. Identifique a «doutrina falsa» que surgiu «na Alemanha e noutros lugares infestados por heresia» (linhas 16-18).

3. O processo instaurado a Paolo Veronese pelo Tribunal da Inquisição e a respetiva sentença (linhas 26-28) enquadram-se nas resoluções do Concílio de Trento, nomeadamente no que respeita
 - (A) à vigilância e à censura sobre a produção cultural e artística.
 - (B) à pregação como estratégia de reforço da doutrina católica.
 - (C) ao empenho na formação e na conduta exemplar do clero.
 - (D) ao combate a rituais religiosos contrários ao dogma católico.

GRUPO II

O PODER POLÍTICO EM PORTUGAL, DO ANTIGO REGIME AO LIBERALISMO

Documento 1

O exercício do poder no tempo de D. João V, segundo Charles Frédéric de Merveilleux (1723-1726)

Quando o secretário de Estado termina o seu trabalho com o rei, [informa] cada um da decisão de Sua Majestade no que lhe respeita. [...]

D. João V dá regularmente audiência pública três vezes por semana. [...] A audiência começa pelos homens e acaba nas mulheres. Falam de joelhos ao rei, que está sentado
5 num trono, debaixo de dossel e apoiado a uma mesa sobre a qual se coloca uma cesta cheia de pequenos cartuchos de moedas de ouro que Sua Majestade distribui caritativamente [...].
Atravessam-se três salas contíguas e, quando se chega à última, encontram os pretendentes no limiar o porteiro da câmara, [...] que introduz dez pessoas de cada vez. Os grandes do reino
10 estão de pé e encostados às paredes da sala. Acontece por vezes que o rei queira que as suas ordens sejam executadas imediatamente; então chama um desses senhores, entrega-lhe o memorial [...] e ordena logo ali o que há a fazer. Estas audiências inquietam os maus juízes [...] e, em geral, todos aqueles cuja conduta é irregular. Até os ministros não estão isentos desse temor. El-rei não ignora nada do que se passa, porque cada um tem a liberdade de se
15 lhe dirigir a informá-lo de tudo o que interesse ao bem do Estado ou interesse particularmente aos súbditos. [...]

Algumas vezes tem acontecido que, estando de serviço ao paço em dias de audiência, alguns nobres senhores, habituados aos abusos que antes do reinado de D. João V eram frequentes, tenham sido inconvenientes. Quando Sua Majestade era informado disso, mandava chamar depois da audiência esses senhores à sua câmara e a ocultas sovava-os com um pau [...].
20 Foi o único meio que este príncipe encontrou para reprimir a soberba e a licença* da nobreza de Portugal, que não tinha escrúpulo algum em se apossar da fazenda** dos mercadores [...]. O rei João soube sempre fazer respeitar a sua autoridade, o que forçosamente desagradava à fidalguia.

* abuso.

** mercadorias.

Identificação das fontes

Documento 1 – Citado por José Brandão, *Este é o reino de Portugal*, Porto Salvo, Edições Saída de Emergência, 2013, pp. 79-81. (Texto adaptado)

Documento 2 – A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 266. (Adaptado)

Composição socioprofissional das Cortes liberais portuguesas

Profissões dos deputados eleitos	1820	1834	1836
Homens de leis	39	42	31
Profissionais liberais	27	17	20
Eclesiásticos	16	11	5
Membros das forças armadas	10	13	13
Proprietários	5	18	22
Comerciantes e industriais	3	1	8
Funcionários públicos	–	17	–
Totais	100	119	99

1. D. João V, cuja corte é descrita pelo autor do documento 1, representou, na primeira metade do século XVIII, a máxima expressão do poder absoluto em Portugal.

Apresente:

- um argumento que evidencie a submissão das ordens sociais privilegiadas ao poder régio;
- um argumento que evidencie a magnificência do rei através da encenação do seu poder.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do documento.

2. A dedicação do rei a «tudo o que interesse ao bem do Estado ou interesse particularmente aos súbditos» (documento 1, linhas 14-15) demonstra

- (A) o carácter ilimitado do seu poder soberano.
- (B) a dimensão paternal e protetora da sua figura.
- (C) a legitimação divina da monarquia absoluta.
- (D) o exercício de um poder apoiado nas Cortes.

3. Explícite dois aspetos da rutura político-social introduzida em Portugal pela revolução liberal de 1820.

Os dois aspetos devem ser fundamentados com elementos do documento 2.

GRUPO III

AS TRANSFORMAÇÕES DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O IMPACTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Documento 1

Relato jornalístico de uma conferência de Egas Moniz* sobre as consequências da Primeira Guerra Mundial (1917)

A grande guerra, como há de ficar conhecida através da história, é, ao mesmo tempo, a maior revolução de todas as épocas. [...]

Falando do «depois da guerra», [...] [temos] de citar alguns números que, no mundo financeiro [...], nos podem dar a ideia da perturbação geral que se avizinha. [...] Hoje a Inglaterra gasta
5 mais de sete milhões e meio de libras por dia [...]! A matéria coletável que o sistema inglês forçou, desde logo, a contribuir para a guerra está hoje sobrecarregadíssima, e [...] a forte e rica Inglaterra teve de recorrer ao crédito [...].

Portugal é hoje, financeiramente, um país paupérrimo e tende para a última das misérias. Se não fosse a circunstância de vermos que a ruína acompanha os outros povos, mesmo os mais
10 ricos e poderosos, sentiríamos que um esmagamento se estava produzindo, reduzindo-nos ao máximo descalabro. Portugal gastou [...] em agosto passado, em despesas de guerra em África e na Europa, 100 000 contos, e o orçamento de guerra para o ano corrente de 1917-18 [...] era de 150 000 contos. [...] Teremos, no fim da guerra, o dobro dos encargos da dívida pública e, se eles nos levavam [...], antes da guerra, 30% da receita orçada, levar-nos-ão,
15 depois da guerra, 60%. [...]

Tende a aluir** o edifício económico do passado com a desvalorização da moeda [...]. A terra continuará a ser a grande, a única sólida riqueza, e o trabalho a única valorização do homem [...]. Por isso temos de atender, com cuidado, ao movimento operário e trabalhista, que carece de ser atendido nas suas reclamações. [...]

20 Para que a riqueza aumente, [...] é preciso que se consiga paz, tranquilidade e segurança, que só podem derivar de um acordo bem conduzido entre a classe burguesa e a classe operária, evitando que a greve perturbadora venha iniciar um novo ciclo de perturbações e desordens.

* António Egas Moniz, médico e político, foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1918 e chefiou a primeira delegação portuguesa na Conferência de Paz que se seguiu ao final da Primeira Guerra Mundial.

** desabar.

Identificação das fontes

Documento 1 – «A conferência do sr. dr. Egas Moniz – Depois da Guerra», in *A Opinião – Diário Republicano Conservador*, N.º 550, 3 de dezembro de 1917. (Texto adaptado)

Documento 2 – *O Século Cómico*, Ano XXIII, N.º 1171, 31/05/1920, p. 4.

Documento 3 – José Relvas, *Memórias políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, Vol. 2, pp. 100-105 e 208, prefácio e notas de Carlos Ferrão. (Texto adaptado)

Documento 2

Vencedores e vencidos no pós-guerra, numa caricatura de Rocha Vieira para *O Século Cómico* (1920)



Legenda:

- ① Alemanha
- ② França
- ③ Bélgica
- ④ Itália
- ⑤ Inglaterra
- ⑥ Portugal

«Pois sim, ralem-se. Não tenho leite para um, quanto mais para tantos!»

Documento 3

As lutas político-partidárias na Primeira República, na perspetiva de José Relvas, Chefe de Governo entre janeiro e março de 1919

Estamos a 16 de fevereiro [de 1919], e o que vemos? O anúncio de comícios «que constituem o início de um movimento nacional de defesa da República». [...] Agitarão diante das massas populares reivindicações impossíveis, retaliações desnecessárias, violências que, a executarem-se, serviriam para comprometer cada vez mais a pacificação da família portuguesa. [...] Nos comícios vão aparecer figuras representativas de todos os partidos. Sabem [...] que a minha ação não tem fins ocultos [...], mas, em vez de me procurarem, de concertarem comigo o que melhor se possa fazer [...], vão para a praça pública agitar as multidões [...]!

A lealdade de propósitos com que eu constituí o Governo e todos os atos que ele tem praticado precisavam de encontrar a correspondente sanção nos partidos. [...] Estes incorrigíveis republicanos só sabem unir-se e dar apoio quando sentem que um grande perigo ameaça a República. Libertos desses receios, são sempre os mesmos sectários de uma política mesquinha, sem elevação de intuítos, e apenas sujeita a interesses partidários, quando não a interesses pessoais. [...]

Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas, e, ao cabo de um período mais ou menos longo, outra ditadura virá renovar os dias de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, [...] mas então já uma ditadura que sucederá com a experiência do passado àquelas que a falta de experiência tornou inviáveis. Uma ditadura que manterá apenas um simulacro de República [...].

1. A Primeira Guerra Mundial decorreu numa época marcada por movimentos culturais e artísticos de vanguarda. Associe a caracterização desses movimentos, referida na coluna **A**, à respetiva designação, de entre as que constam na coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Desprezo pela guerra e por todas as convenções sociais e artísticas, explorando a linguagem do absurdo.	(1) Futurismo
(b) Exaltação da guerra e da violência, da velocidade, da máquina e do dinamismo da vida moderna.	(2) Abstracionismo
(c) Representação das emoções que refletem o drama da vida humana através da cor e da distorção das formas.	(3) Cubismo
	(4) Expressionismo
	(5) Dadaísmo

2. Identifique o tratado, ratificado após o fim da Primeira Guerra Mundial, a que se refere a caricatura do documento 2.

3. Explícite dois aspetos da situação económico-financeira da Europa no final da Primeira Guerra Mundial.

Um dos aspetos deve ser fundamentado com excertos do documento 1 e outro aspeto com informação do documento 2.

4. A Primeira Guerra Mundial desencadeou profundas transformações sociais e culturais, nomeadamente

- (A) a disseminação de um clima de anomia nas atitudes e valores.
- (B) o sentimento coletivo de crença no cientismo e no progresso.
- (C) a consagração universal da igualdade jurídica para as mulheres.
- (D) o reforço das normas e dos comportamentos tradicionais.

5. Desenvolva o tema ***As dificuldades da Primeira República e a ascensão das forças conservadoras e autoritárias em Portugal***, abordando os tópicos de orientação seguintes:

- os problemas económico-financeiros e a contestação social;
- a instabilidade política e a emergência de modelos autoritários.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- relacione os elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

GRUPO IV

PORTUGAL NA TRANSIÇÃO DO AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA

Documento 1 (conjunto documental)



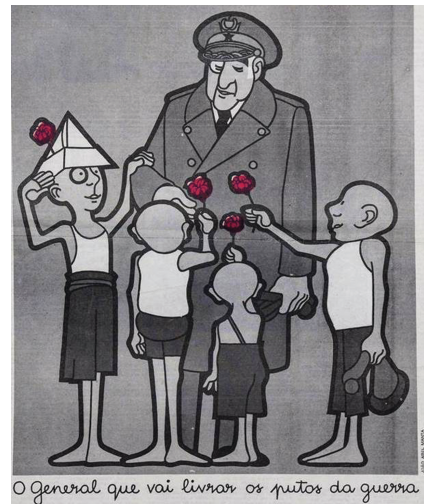
A – Cimeira constitutiva da CPLP, Centro Cultural de Belém, em Lisboa.



B – Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à CEE.



C – Marcello Caetano em visita oficial a Moçambique.



D – Caricatura de António de Spínola: «O general que vai livrar os putos da guerra».

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – www.cplp.org/id-2752.aspx (consultado em 02/02/2019).

B – <https://ionline.sapo.pt/397028> (consultado em 02/02/2019).

C – <http://portadaloja.blogspot.com/2014/07/marcello-caetano-as-imagens-que-poucos.html> (consultado em 02/02/2019).

D – <https://i.pinimg.com/originals/5d/74/41/5d74411b425523a96c00dcc7ef634695.jpg> (consultado em 02/02/2019).

A realidade portuguesa em outubro de 1969, segundo Ulisses Cortês*

Penso há muito que no país não existe verdadeiramente Oposição [...]. Sou partidário da abertura e do diálogo. Mas abertura não é sinónimo de demagogia, e o diálogo pressupõe a existência de interlocutores válidos. [...]

5 O exame das contas nacionais mostra que a cadência da expansão entre 1952 e 1958 se situou na média anual de 4,3 por cento. No período de vigência do II Plano de Fomento, essa média elevou-se a 6,2 por cento. Entre 1965 e 1967 [...], o coeficiente de expansão foi de 5,8 por cento, apesar dos reflexos da recessão europeia verificada em 1966. Em 1968, o crescimento retomou o seu movimento ascendente. A taxa alcançada foi de 7 por cento. [...]

10 Não omitirei o pesado encargo que o esforço de defesa impõe à coletividade. Mas penso também que os factos mostram [...] a conciliação das exigências da defesa e do fomento [...] e, apesar dos elevados encargos de carácter militar, o nível dos investimentos públicos programado nos Planos tem subido sempre. [...]

15 As dotações orçamentais para o ensino crescem sucessivamente. As construções escolares multiplicam-se [...]. Outros sectores têm merecido também o carinho do Governo, especificamente o abastecimento de água e a construção de vias de acesso, além de outros empreendimentos [...] tendentes à distribuição equilibrada do progresso e à elevação do nível de vida das populações. [...]

20 A emigração corresponde, entre nós, a uma vocação secular, a uma tradição profundamente radicada no temperamento português. [...] Acrescentarei que, no período democrático, o facto se revestiu [...] de maior gravidade do que atualmente. Em 1911, em cada 200 habitantes emigraram 20; em 1968, apenas emigraram 17 [...].

A autodeterminação [das colónias] é o início do abandono. A integridade de uma Pátria não se discute nem se põe a votos. É um imperativo irrenunciável, um princípio por que se dá a vida. [...] Cimenta-a o sangue dos seus heróis. [...]

25 Não vou falar-lhe do equilíbrio financeiro, tenazmente mantido desde 1928 [...]. Acentuarei, apenas, o expoente do progresso económico, o padrão da saúde financeira. Ora, o escudo é hoje das moedas mais fortes do Ocidente e desfruta de elevado prestígio nas praças internacionais.

Entrevista no jornal *A Capital*, 14 de outubro de 1969, in www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05790.151
(consultado em 24/01/2019). (Texto adaptado)

* Ulisses Cortês ocupou vários cargos políticos nos governos do Estado Novo, entre os quais o de ministro da Economia (1950-1958) e o de ministro das Finanças (1965-1968).

**A realidade portuguesa em outubro de 1969,
segundo Francisco Pereira de Moura***

Grande parte dos postos de trabalho hoje existentes no país nasceram do processo de industrialização [...], que se baseou no sacrifício das classes trabalhadoras (baixos salários, altos níveis de preços dos bens de consumo, fraca intervenção estatal no sentido redistributivo, quer diretamente quer através dos investimentos e consumos públicos de índole «social»,
5 como ensino, habitação, saúde, segurança social e promoção rural). [...]

Com altos e baixos, a integração europeia teve inegavelmente os resultados de melhorar as perspetivas para o crescimento de vários sectores industriais portugueses, mas também de acentuar o desnível dos salários do país em relação aos da Europa Ocidental.

Melhoraram as perspetivas em alguns sectores devido à adesão à EFTA [...], e os nossos
10 produtos rapidamente deixaram de pagar direitos aduaneiros nos outros países do agrupamento, ao mesmo tempo que as indústrias portuguesas puderam manter a sua proteção pautal, só a reduzindo muito lentamente. E melhoraram, também, devido à expansão geral verificada na economia e, portanto, nos mercados da Europa, tanto da EFTA como do Mercado Comum. [...]

As guerras coloniais [...] estão a depauperar o Estado, impedindo-o de se lançar em
15 empreendimentos de infraestrutura, em projetos industriais e agrícolas e em investimentos e consumos sociais que se impõem [...].

De modo que a esperança é muito limitada [...]; depois de um bom ano de 1965, tem-se vivido em estagnação, quando não em inquietação e dificuldade crescentes, nem se vislumbrando já
20 quaisquer possibilidades de terem sido atingidos os objetivos de crescimento fixados no Plano de Fomento. Mais do que à conjuntura internacional [...], pensamos poder atribuir as atuais dificuldades à falência de uma política: e se as produções estacionam e os investimentos caem [...], como poderia ser de outro modo, quando nenhuma reforma se introduziu no sector agrário, a não ser a pior de todas, [...] que foi o êxodo rural para as cidades maiores e para o estrangeiro [...].

Francisco Pereira de Moura, *Por onde vai a economia portuguesa?*
Lisboa, Publicações D. Quixote, 1969, pp. 17-31 e 98-99. (Texto adaptado)

* Francisco Pereira de Moura, economista e professor, foi fundador da Comissão Democrática Eleitoral, que congregou elementos da oposição democrática ao Estado Novo.

1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam ao contexto histórico da segunda metade do século XX.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

2. Apresente dois aspetos da política colonial portuguesa no período marcelista.

Os dois aspetos devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento 2.

3. Explícite duas estratégias económicas do Estado Novo que levaram ao abandono do ideal de autarcia.

Fundamente, pelo menos, uma das estratégias com excertos relevantes do documento 3.

4. A «abertura» e o «diálogo» políticos (documento 2, linha 2) propostos, em 1969, por Ulisses Cortês ocorreram num contexto de

(A) procura de membros da oposição para integrar o governo.

(B) preparação do debate eleitoral para eleições presidenciais.

(C) evolução na continuidade durante a Primavera Marcelista.

(D) rutura no regime português ocorrida na Primavera Marcelista.

5. Compare as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX, expressas nos documentos 2 e 3, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.			
	10	10	10			30
II	1.	2.	3.			
	15	10	15			40
III	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	10	15	10	20	65
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	15	15	10	15	65
TOTAL						200

Prova 623
1.^a Fase
VERSÃO 2